

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL
DE CASTRO DAIRE



NÚMERO QUATRO DE DOIS MIL E VINTE E DOIS

-----Aos vinte e seis dias do mês de setembro do ano de dois mil e vinte e dois, nesta vila de Castro Daire e Auditório da Assembleia Municipal, reuniu a Assembleia Municipal, em conformidade com o disposto no número 1, do artigo 27.º, do Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro. Eram nove horas e trinta minutos quando, pela Senhora Presidente da Mesa, foi iniciada a sessão, com a seguinte Ordem de Trabalhos:-----

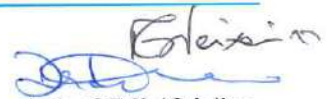
Ponto Um – Apreciação e votação da ata da sessão ordinária da Assembleia Municipal de 30 de junho de 2022.-----

Ponto Dois - Apreciação, nos termos da alínea c), do número dois, artigo 25.º, do Anexo I, da Lei número 75/2013, de 12 de setembro, da Informação escrita do Presidente da Câmara Municipal, relativamente à atividade do município, bem como a sua situação financeira.-----

Ponto Três – Análise, discussão e Aprovação do Projeto de Alteração ao Regulamento Municipal de Urbanização e Edificação do Município de Castro Daire, para cumprimento da alínea g) do artigo 25.º do Anexo I da Lei número 75/2013, de doze de setembro, na sua atual redação.-----

Ponto Quatro– Análise, discussão e votação, nos termos da alínea b), do número um do artigo 25.º da Lei número 75/2013, doze de setembro, conjugado com o disposto no artigo 106.º do número três da alínea b) da Lei número 5/2004, de dez de fevereiro na sua atual redação – Lei das Comunicações Eletrónicas – Taxa Municipal dos Direitos de Passagem (TMDP), no valor de zero vírgula vinte e cinco para o ano de dois mil e vinte e três.-----

Ponto Cinco – Análise, discussão e votação da taxa de Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI), a que se referem as alíneas a) e c), do número um, do artigo 112.º, do Decreto-Lei número 287/2003, de doze de setembro na sua atual redação e da alínea d), do número um, do artigo 25.º, do Anexo I da Lei número 75/2013, de doze de setembro, a aplicar no ano de dois mil e vinte e três, proposto pela Câmara Municipal, no seguinte valor: Prédios Urbanos – zero vírgula três por cento (0,3%).-----



Ponto Seis – Análise, discussão e votação, nos termos do artigo 112.º- A, número 1 do CIMI (Código do Imposto Municipal sobre Imóveis) da fixação da redução da taxa do Imposto Municipal sobre Imóveis, de acordo com a seguinte tabela: -----

Número de dependentes a cargo	Redução da taxa até
Um	20,00 € (vinte euros)
Dois	40,00€ (quarenta euros)
Três ou mais	70,00€ (setenta euros)

Ponto Sete – Análise, discussão e votação nos termos do artigo 26.º, da Lei número 73/2013, de três de setembro – Regime Financeiro da Autarquias Locais –, conjugado com a alínea c) do número um, do artigo 25.º, do Anexo I da Lei número 25/2013, de doze de setembro, da fixação em três por cento (3%) da variável da IRS, aprovado pela Câmara Municipal na sua reunião ordinária realizada a oito de setembro de dois mil e vinte e dois. -----

Ponto Oito – Comunicação da situação económica financeira relativa ao primeiro semestre do ano 2022- ROC para cumprimento da alínea d) do artigo 77.º da Lei n.º73/2013 de 12 de setembro. -----

Ponto Nove – Apreciação e aprovação do Plano para a Igualdade e Não-Discriminação no concelho de Castro Daire, em cumprimento do disposto na alínea h) do n.º1, do artigo 25.º da Lei n.º75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação. -----

Ponto Dez - Análise, discussão e aprovação da proposta de Alteração ao Mapa de pessoal para o exercício de 2022, em cumprimento do disposto na alínea o), do número um, do artigo vigésimo quinto, do Anexo à Lei n.º75/2013, de 12 de setembro na sua atual redação e alínea a), do n.º2, do artigo 3.º do Decreto-Lei n.º209/2009, de 03 de setembro na sua atual redação. -----

Ponto Onze - Apreciação e Aprovação da Carta Educativa, em cumprimento do disposto na alínea h) do n.º1 do artigo 25.º da Lei n.º75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação. -----


Ponto Doze – Aprovação, nos termos do disposto no número três e para efeitos do disposto no número quatro do artigo 57.º do Anexo I da Lei número 75/2013, de doze de setembro, da ata em minuta para produção de efeitos imediatos e eficácia externa. -----

----- **PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA** -----

Intervio a Senhora Presidente da Assembleia Municipal, cumprimentando todos os presentes. -----

-----**Período de Intervenção do público de harmonia com o n.º 1, do artigo 49.º, do Anexo I da Lei n.º75/2013, de 12 de setembro;** -----

-----Não se registou público presente nesta sessão. -----



-----**Leitura e apreciação do expediente.**-----

-----**A Senhora Presidente da Assembleia Municipal** informou ter recebido uma carta da viúva do falecido Sr. Eng.º Luís Castro, passando a ler a mesma. Informou que, no passado dia onze de setembro esteve presente, em representação da Assembleia Municipal, na Inauguração do Centro Cultural de Mões e no XVI Convívio de Bandas de Música, promovido pela Sociedade Filarmónica de Mões e no dia dezassete, esteve presente no Encontro Nacional de Autarcas, promovido pela ANMP, que decorreu em Viseu, cujos temas foram a gestão e financiamento local e a descentralização de competências. No passado dia vinte e quatro de setembro, a convite da Banda de Música dos Bombeiros Voluntários de Castro Daire, esteve presente no “XV Setembro Cultural”-----

-----**Assuntos gerais de interesse autárquico nos termos do disposto no artigo 52.º do Anexo I à lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.**-----

-----**João Jorge da Silva Figueiredo**-----

-----Interveio cumprimentando todos. Apresentou as declarações que se transcrevem: “1.º Nota de Louvor a Hélder Loureiro, atleta castrense em representação da Federação Portuguesa e Ciclismo, pela conquista do 10.º lugar do contra relógio no campeonato do mundo de ciclismo, que passou a constar no Top 10 Mundial. 2.º Louvamos o esforço do Município no auxílio às famílias com as despesas escolares. 3.º Relativamente ao Centro Interpretativo do penedo de Lamas, gostaríamos de saber: a) Ponto de situação?; b) Se o acompanhamento está a ser feito por equipas de arqueólogos e quem são?; c) Se todos os terrenos em volta necessários ao projeto já foram adquiridos pela Câmara. Fiz estas perguntas pelas seguintes razões: 1 – Sabemos do início do projeto e não sabemos mais nada. 2 – Vieram populares dizer-me que usaram máquinas de pressão para lavar o penedo e que o danificaram. 3- E não gostaríamos que o projeto parasse como parou o parque da pombeira. Antes que venham dizer que é aquilo que ouço na rua, sim é aquilo que ouço na rua porque enquanto autarca é a minha obrigação falar com os munícipes, estranha-se é que os autarcas com longos anos de experiência se esqueçam que os munícipes é que interessam! Estarei cá para os ouvir.”-----

-----**Delfina Ramalho Pereirinha**-----

-----Interveio cumprimentando a Senhora Presidente, a mesa, o Senhor Presidente de Câmara, Senhores Vereadores e todos os presentes. Referiu que o povo de Cujó se sente desiludido pelo facto de ter sido posto de parte nas algumas intervenções feitas na freguesia. Esburacaram a Av.ª principal e a Junta de Freguesia não sabia o que se passava, passaram um tubo pelo monte até S. Joaninho, mas sem qualquer explicação. Refere que teria sido necessário apenas um telefonema



para o senhor Presidente de Junta, pois não se pode resolver o problema para uns e prejudicar outros. Informa que há cinco dias que Cujó quase não tem água. Fizeram intervenções no depósito e tem a certeza que as torneiras do depósito não estão como ficaram no dia em que o presidente da Junta de Freguesia lá foi. Questiona se o Presidente da Câmara sabe o que se está a passar lá, pois no mês de agosto sempre teve pressão de água em casa e agora, desde a passada quinta-feira estão nesta situação. Saliu que Cujó também tem idosos, não é só S. Joaquinho. Pede que não menosprezem as pessoas de Cujó e que resolvam os problemas.-----

-----**Zacarias Almeida Gomes**-----

-----Interveio cumprimentando todos. Referiu ter enviado, por precaução, um e-mail, em vinte e dois de agosto de dois mil e vinte e dois, para a presidência da Câmara Municipal, informando que as águas que corriam nos leitos daquela freguesia tinham uma cor estranha, solicitando com urgência a análise da água para evitar problemas e catástrofes ecológicas, não tendo até ao momento obtido resposta. Refere concordar com o fecho dos fontanários, mas deveriam ter comunicado aos presidentes de Junta de Freguesia que iriam fechar os fontanários para que estes pudessem explicar as razões válidas porque o município o fez.-----

-----**Marco Aurélio Lyrio Andrade**-----

Cumprimentou todos, a Senhora Presidente da Assembleia, a mesa, o Senhor Presidente de Câmara, vereadores e colegas. Congratulou-se, perante este órgão deliberativo e agradeceu ao município de Castro Daire e seus funcionários, pela construção do Centro Cultural de Mões e a conclusão da requalificação da sede da Junta de Freguesia de Mões, com melhores acessos, agradecendo especialmente ao Senhor Vereador Armando Lemos, que acompanhou de perto esta obra. Em segundo lugar, congratulou-se e agradeceu a construção e pavimentação da estrada de Cerdeiró, que faz ligação entre as duas maiores freguesias do Concelho de Castro Daire. Felicitou também o executivo e, particularmente, o Senhor Vereador Pedro Pontes pelo conjunto de obras em termos desportivos, tendo demonstrado a sua dedicação e qualidade de execução. Nesta sequência deixou uma menção especial ao atleta Marcelo Gonçalves, cuja valia técnica o levou a ser convocado para a Seleção Nacional de provas de Montanha. Volvido um ano de mandato relembra obras importantes para a freguesia de Mões: Construção dos Parques Infantis nas aldeias de Codeçais e Granja; conclusão e pavimentação da ligação do Canado à Malhada; requalificação e pavimentação da ligação Vila Boa/Soutelo, com importante ligação à Estrada Nacional 2; um novo cemitério, pois de forma urgente e a curto prazo Mões necessita de um novo cemitério, dado que o existente com mais de cento e cinquenta anos já não tem mais por onde alargar, pois ao longo dos últimos quarenta anos foram construídos outros três cemitérios (Vila Boa, Granja e Soutelo) e todos têm já mais de metade da lotação. Admite protocolar com o Município uma eventual co-gestão ou



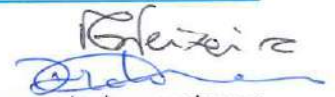
mesmo um cemitério municipal. Em quinto lugar, refere o Rio Paiva e os seus afluentes, que sejam realizadas as intervenções necessárias para que dois mil e vinte e três não seja ainda mais dramático. Referiu também a questão da recolha dos monos, sendo necessário e importante agilizar a sua recolha. Salientou a necessidade de requalificação da entrada de Mões, desde a fonte do Arrabalde até ao coreto, dando outra dignidade à vila de Mões, referindo ainda a importância de requalificação do espaço verde da Quinta da Tapada, que gostaria de ver implementado. -----

-----**António Luís Ferreira Fernandes**-----

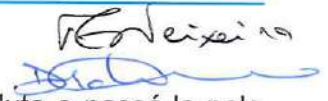
-----Cumprimenta a Senhora Presidente da Assembleia e todos os presentes. A sua intervenção prende-se com dois assuntos. Em primeiro lugar, quanto à questão da água, sugere que se trabalhe já na preparação do próximo ano pois a tendência será esta. Deu o exemplo da Fonte da Ponte Pedrinha e alertou para o depósito existente do outro lado da via, cuja tampa está ao nível do solo, sugerindo verificação daquela zona e, eventualmente, alguma intervenção por forma a evitar qualquer contaminação daquela água. O outro assunto, refere-se à EN225 cujo estado é cada vez mais degradado. Em dois mil e dezasseis estava para intervenção, tendo anteriormente sido anunciado o pacote financeiro para efetuar aquela obra. Houve mudança de governo e a obra ainda não está feita e o estado é cada vez mais calamitoso. Reforça que os habitantes daquelas regiões, independentemente da forma como tenham votado, devem continuar a reivindicar, como aliás se tem feito nos últimos anos, reiterando que o executivo deve continuar a lutar. -----

-----**Intervenção do Senhor Presidente da Câmara Municipal** -----

-----O Senhor Presidente da Câmara interveio, respondendo primeiramente ao apresentado pelo membro António Luís Ferreira, ressaltando que a competência do Fontanário da Ponte Pedrinha é da Infraestruturas de Portugal. O Município tem feito algumas intervenções por forma a manter o espaço minimamente aprazível, sempre em parceria com a Junta de Freguesia, que se tem preocupado bastante com aquele espaço, ponto de paragem de muita gente. A questão do depósito ao nível do solo, é uma novidade e vai tentar perceber a situação, que desconhecia. Relativamente à EN225, informa que, há cerca de quinze dias, depois de muita insistência, foi contactado diretamente pelo Adjunto do Senhor Ministro das Infraestruturas, ficando incrédulo e estupefacto com a proposta pois, por um lado, ficou a saber que a dita Portaria de Encargos já teria sido aprovada em dezembro de dois mil e vinte e um e, por outro, que a Infraestruturas de Portugal teria feito uma nova avaliação do valor de obra, atualizando para oito milhões e duzentos mil euros. Foram-lhe colocadas duas possibilidades: abrir concurso com base no valor anterior ou esperar nova Portaria de Extensão Encargos, ao que o Senhor Presidente retorquiu, reforçando não fazer qualquer sentido abrir um concurso com base numa estimativa orçamental completamente desajustada e que o mais importante seria trabalhar para a aprovação de nova Portaria de Extensão de Encargos, lamentando



que estivesse há um ano aprovada a não tenham aberto concurso nem prestado qualquer informação, apesar das sucessivas interpelações do município. O Ministério ficou de agilizar reunião com a Infraestruturas de Portugal e convidar também o Presidente de Câmara a estar presente. Refere acreditar na boa fé das pessoas, estando neste momento a aguardar o agendamento da referida reunião. Respondendo ao referido pelo membro Marco Andrade, que apresentou o Plano de Investimento da Freguesia, refere que quase tudo o que foi apresentado, tem vindo a ser conversado, no entanto não se consegue fazer tudo, mas continuarão a trabalhar naquilo que são as ambições da Freguesia. Quanto ao agradecimento ao Senhor Vereador do Desporto e ao atleta Marco Gonçalves, refere ficar muito satisfeito com esse agradecimento, de todo meritório, assim como também a Hélder Loureiro que ficou muito bem classificado na prova mundial, salientando ser também o resultado do trabalho que tem vindo a ser desenvolvido, sendo importante reconhecer o mérito de quem o tem. No que concerne ao referido pelo membro Zacarias Gomes, lembra que se viveu um verão extremamente quente e que em concelhos vizinhos o rio secou e quando não há água corrente o aspeto da água muda, sendo efetivamente algo preocupante. Quanto ao aviso do fecho dos Fontanários aos Presidente de Junta de Freguesia relembra que foi efetuada reunião para o efeito. Houve algumas partes do concelho onde não se sentiram tantas dificuldades, no entanto noutras houve necessidade de medidas adicionais, salientando o trabalho efetuado pelos funcionários do município, das Juntas de Freguesia e dos Bombeiros para garantir um bem essencial. Registou que o caudal do Rio Paiva esteve próximo de afetar o principal sistema de abastecimento no concelho, o que iria também afetar todos os outros. Houve decisões a tomar e por forma a agilizar a resolução dos problemas que iam surgindo, alguns dos contactos com os Presidentes de Junta de Freguesia foram efetuados diretamente pelos funcionários do Município. Quanto ao referido pelo membro Jorge Figueiredo, salienta que o Projeto do Centro de Interpretação do Penedo de Lamas é um projeto muito interessante e está a aguardar-se aprovação de candidatura para iniciar a obra, que considera de vital importância. Quanto aos terrenos, alguns já estão efetivamente comprados não sabendo, de momento, se estarão todos. Relativamente à intervenção de Delfina Ramalho, refere, em primeiro lugar, não ter qualquer receio de ir a Cujó, apesar das ameaças. Lamenta que pessoas que fazem parte de uma Assembleia Municipal, que têm a obrigação de ter uma visão mais alargada do que é o desenvolvimento de uma terra tenham instigado uma guerrilha entre aldeias e entre freguesias. Refere que o trabalho que a Câmara fazia num dia, no outro já estava desfeito, com torneiras partidas e fechadas, sendo lamentável haver água e não chegar ao destino final. Quanto ao “esburacar” do pavimento, refere que conduta do depósito de Cujó alimenta Cujó, S. Joaninho, Granja e, pontualmente, Farejinhãs. A água que saía de Cujó não chegava ao depósito de S. Joaninho. Foram feitas várias sondagens na conduta de Cujó para S. Joaninho e não se detetou o problema, percebendo-se, no entanto que havia ali vários



problemas naquela conduta, pelo que se decidiu substituir integralmente a conduta e passá-la pelo monte para não prejudicar a aldeia de Cujó e não destruir os arruamentos. Todos sabiam o que se estava a fazer em Cujó. Era um problema que afetava S. Joaninho e com a substituição da conduta julgava-se resolvido. No entanto, concluída a ligação, o rio secou. Aperceberam-se que o depósito de Cujó era alimentado pelas nascentes e compensado pelo rio mas a água das nascentes também não estava a chegar a que deveria. Refere que nunca estiveram, naturalmente, contra as pessoas isso foi uma ideia instigada. O problema de Cujó estava resolvido, tendo referido ao Presidente da Junta de Freguesia de Cujó, que deixasse estabilizar esta situação, pois os problemas de água não eram apenas em Cujó, para se poder efetuar uma reunião. Salientou que a Câmara Municipal contratou serviço para enterrar o tubo e o Presidente da Junta de Freguesia de Cujó não deixou avançar o trabalho, enquanto não se fosse ao depósito separar as águas, pois, em seu entender, a água das nascentes de Cujó era de Cujó. O Sr. Luís Alberto deslocou-se a Cujó e articulou com o Presidente da Junta de Freguesia a intervenção a fazer no depósito. O Senhor Presidente conclui que, neste momento, a perceção que tem é que a água das nascentes poderá não ser suficiente mas vai averiguar. Quanto às afirmações pessoais, ao facto de ser ou não corajoso, responde viver bem com a sua consciência, espera que, por parte da Junta de Freguesia façam também o trabalho que lhes compete e se deixem de ataques pessoais, respondendo não ter problema nenhum de discutir qualquer assunto e oportunamente irão resolver algumas questões institucionais. Reforça que se o trabalho efetuado pela Câmara Municipal não tem sido alterado, neste momento, Cujó não teria falta de água. Quanto à existência de idosos, nunca referiu que Cujó não tinha idosos e a questão colocada apenas ocorreu quando alguém decidiu fechar a torneira de abastecimento de água a S. Joaninho.-----

-----**Zacarias Almeida Gomes**-----


-----Interveio reforçando que, relativamente às águas do Rio Paiva, a sua preocupação era se houvesse algum problema de saúde, no caso de alguém apanhar alguma doença, e nesse caso a responsabilidade poderia ser dos autarcas que não tinham efetuado o aviso.-----

-----**Intervenção do Senhor Presidente da Câmara Municipal**-----

-----O Senhor Presidente de Câmara esclarece que as águas das zonas balneares são controladas analiticamente e as águas estavam bem.-----

-----**Voto de Louvor:**-----

-----A Senhora Presidente da Assembleia apresenta para votação, a proposta do membro Jorge Figueiredo, de Voto de Louvor ao atleta castrense Hélder Loureiro, por ter passado ao Top 10



mundial, pois é mais uma representação de Castro Daire, dando também visibilidade ao concelho, tendo a mesma sido aprovado por unanimidade. -----

-----**Votos de Pesar pelo falecimento de: Hélio Augusto D'Almeida Pinto e João Duarte de Oliveira.**-----

-----A Mesa da Assembleia Municipal apresentou o voto de pesar, pelo falecimento do Senhor *Hélio Augusto D'Almeida Pinto*, que se transcreve na íntegra: "*No passado dia 22 de agosto faleceu o Sr. Hélio Augusto D'Almeida Pinto. Natural de Reriz, dedicou largos anos da sua vida à atividade comercial no nosso Concelho. Exerceu funções autárquicas sendo Presidente da Junta de Freguesia e, mais tarde, elemento da Assembleia de Freguesia da então Freguesia de Reriz. Integrou a Assembleia Municipal de Castro Daire e exerceu funções de Secretário da Mesa da Assembleia. Empenhou-se na criação e desenvolvimento do Centro Social e Paroquial de Reriz. Homem dedicado, dinâmico e defensor da cultura e tradições da nossa terra, granjeou o respeito e a amizade de tantos que com ele conviveram. A Assembleia Municipal de Castro Daire endereça as condolências às suas filhas e netos.*". Colocado à votação, o Voto de Pesar foi aprovado por unanimidade.-----

-----Foi igualmente proposto o Voto de Pesar, pelo falecimento do Senhor Dr. João Duarte de Oliveira, que integralmente se reproduz: "*Faleceu no dia 17 de setembro o Dr. João Duarte de Oliveira. O Dr. João Duarte de Oliveira destacou-se pela participação cívica e política, a nível concelhio mas também a nível nacional. Integrou os órgãos sociais da Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Castro Daire e da Santa Casa da Misericórdia de Castro Daire. Foi fundador e diretor do Jornal de Notícias de Castro Daire. A nível político exerceu funções de Deputado da Assembleia Nacional, Presidente da Câmara Municipal e Presidente da Assembleia Municipal de Castro Daire. À sua esposa, aos seus filhos e netas a Assembleia Municipal endereça as condolências.*" Colocado à votação, o Voto de Pesar foi aprovado por unanimidade.-----

-----O membro desta Assembleia Municipal Zacarias Gomes interveio referindo que o Senhor Dr. João Duarte de Oliveira merecia que o seu nome fosse dado a uma rua. -----

-----**A Senhora Presidente da Assembleia** refere que quanto ao sugerido deverá futuramente endereçar proposta ao executivo municipal. -----

A Senhora Presidente da Assembleia Municipal informa que Paula Fernandes, António de Oliveira Giroto e Elisabete Sequeira informaram que não estariam presentes, não tendo até ao momento qualquer informação relativa a Filipe Duarte e Fábio Ferreira da Silva, sendo que poderão prestar a respetiva justificação após a Sessão da Assembleia.-----

*Ribeira e
Dado*

----- **ORDEM DO DIA** -----

Ponto Um – Apreciação e votação da ata da sessão ordinária da Assembleia Municipal de 30 de junho de 2022.-----

Não participaram da votação os membros Joana Sevivas e Hélder Isidro Ferreira, por não terem estado presentes na sessão a que se refere a ata, em obediência ao disposto no número três, do artigo trigésimo quarto do Código do Procedimento Administrativo. -----

Posto este ponto à votação, a Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aprová-lo.-----

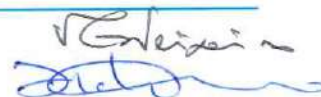
Ponto Dois - Apreciação, nos termos da alínea c), do número dois, artigo 25.º, do Anexo I, da Lei número 75/2013, de 12 de setembro, da Informação escrita do Presidente da Câmara Municipal, relativamente à atividade do município, bem como a sua situação financeira.-----

-----**Alexandre Paulo Simões Pereira**-----

-----Interveio cumprimentando todos. Os assuntos têm a ver com o que foi referido anteriormente, nos assuntos gerais de interesse autárquico, pedindo desculpa por fazê-lo neste ponto. Relativamente à questão do Penedo de Lamas, convida o membro da Assembleia Jorge Figueiredo a ir lá visitar, tendo todo o gosto em acompanhá-lo. Pode verificar-se que o monumento apresenta o que vulgarmente chamamos de musgo o que indica que o mesmo não foi intervencionado, o que também não poderá ser feito sem intervenção qualificada para o efeito. Quando foi referido que o monumento foi lavado com recurso a máquina de pressão, garante que a Junta de Freguesia de Moledo não o fez, o que foi feito foi a limpeza do espaço sem nunca tocar no penedo. Quanto à intervenção do Município, apenas foi reparado o telheiro, de madeira e telha. Quanto ao referido pelo membro Zacarias Gomes, reforça que foi marcada a reunião referida pelo Senhor Presidente, motivada pela questão da falta de água, em que estiveram presentes os Presidentes de Junta e foram informados que todos os fontanários que não estavam lacrados o iriam ser, tendo todos concordado, pois era uma questão de interesse público. -----

-----**Lino Gonçalves da Silva**-----

-----Interveio cumprimentando todos. Refere ter ouvido os comentários das águas e considera ser sua obrigação intervir. Refere que, o caudal que chega à Granja vem de Cujó e a Granja também ficou sem água, o que refere talvez não seja normal. Se temos uma casa um pouco mais farta temos que ter preocupação com os outros. Quando Cujó teve saneamento, não se preocupou que passasse por S. Joaninho e fosse para a Granja, local mais baixo. Ora, os depósitos de água deverão estar localizados em locais mais altos, até em termos de poupança, contribuindo para um



futuro mais sustentável. Devemos ter a preocupação de uma visão mais global do nosso concelho. Refere a título de exemplo, o Rio Paiva, que nasce em Vila Nova de Paiva assim como o rio que passa na Granja e vai desaguar ao Paiva, reforçando a capacidade de abastecimento ao concelho. Cujó tem alguns bons nascentes de água, mas deveremos todos pensar construtivamente, deve ser o município a gerir para o todo, pois se forem os Presidentes de Junta de Freguesia uns terão água mas a torneira será fechada para outros. -----

-----**João Jorge da Silva Figueiredo**-----

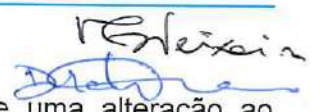
-----Interveio salientando que, quando referiu que utilizaram máquinas de pressão, não teria sido no mandato do atual Presidente de Junta de Freguesia. Neste ponto, apresenta as seguintes declarações: “é bom elogiar quem diariamente contribui para trazer água ao concelho numa época como atravessamos. Neste aspeto o Sr. Presidente chamou a atenção das corporações dos bombeiros. Temos por certo que este serviço prestado pelos bombeiros acarretou aumento no consumo de combustível. Por falar em combustível, gostaríamos de saber qual o montante do apoio às Corporações dos Bombeiros, concedido pela Câmara ao abrigo da resolução aprovada na penúltima Assembleia. No que respeita à evolução e promoção turística, gostaríamos de saber se o município tem como monitorizar o impacto que os turistas trazem para Castro Daire, n.º de camas ocupadas, receitas, etc.” -----

-----**Intervenção do Senhor Presidente da Câmara Municipal**-----

-----O Senhor Presidente da Câmara Municipal referiu que todo o processo relativo ao Projeto do Penedo de Lamas está a ser acompanhado pela Direção Regional de Cultura do Centro (DRCC) que tutela esta matéria. Salaria a interessante reflexão que o membro Lino Gonçalves Silva deixa a esta Assembleia. Quanto à intervenção do membro Jorge Figueiredo, relativamente ao apoio aos combustíveis, refere que o município ainda não efetuou essa atribuição aos Bombeiros, pois está a ser feito um ponto de situação com as Corporações para se regularizar. A questão da evolução do turismo, refere que não é fácil ter indicadores em concreto, salientando, no entanto o indicador de crescimento das termas, situado nos quatro virgula quatro por cento face a dois mil e dezanove (pré-pandemia) sendo este o indicador que pode deixar a esta Assembleia. -----

A Assembleia Municipal tomou conhecimento. -----

Ponto Três – Análise, discussão e Aprovação do Projeto de Alteração ao Regulamento Municipal de Urbanização e Edificação do Município de Castro Daire, para cumprimento da alínea g) do artigo 25.º do Anexo I da Lei número 75/2013, de doze de setembro, na sua atual redação.-----



-----O Senhor Presidente da Câmara Municipal refere que se trata de uma alteração ao Regulamento existente que sofreu apenas algumas pequenas alterações.-----

-----Diogo Gomes Carvalhas -----

-----Inteiveio cumprimentando todos. A propósito deste Regulamento Municipal relembra o PDM, o que seria importante, solicitando informação, pois refere ser de capital importância para o desenvolvimento urbano do município.-----

-----Intervenção do Senhor Presidente da Câmara Municipal -----

-----Ressalva que o PDM virá à Assembleia Municipal para aprovação. Neste momento está a aguardar-se a marcação de reunião intersectorial, agendada pela CCDRC. Dá ainda nota que o prazo de revisão do PDM terá sido alterado, pois as CCDR não conseguem dar resposta às reuniões necessárias, perante tantos municípios com PDM em revisão.-----

Posto este ponto à votação, a Assembleia Municipal deliberou, por maioria, aprová-lo.-----

Votou pela abstenção o membro Zacarias Almeida Gomes.-----

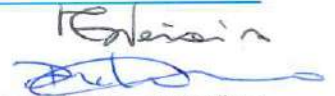
Ponto Quatro– Análise, discussão e votação, nos termos da alínea b), do número um do artigo 25.º da Lei número 75/2013, doze de setembro, conjugado com o disposto no artigo 106.º do número três da alínea b) da Lei número 5/2004, de dez de fevereiro na sua atual redação – Lei das Comunicações Eletrónicas – Taxa Municipal dos Direitos de Passagem (TMDP), no valor de zero vírgula vinte e cinco para o ano de dois mil e vinte e três.-----

-----João Jorge da Silva Figueiredo -----

-----Inteiveio referindo, ainda no que toca à situação dos Bombeiros, que estão mesmo muito necessitados de apoio, apresentando alguns dados. Relativamente ao presente ponto, apresentou a seguinte declaração: “É de aprovar a taxa, mas tendo sido contactado por munícipes de Mamouros, deixo ficar a seguinte nota do que me disseram: Apesar de haver condições para que eles tenham serviço de fibra ótica, não há quem ofereça esse serviço em Mamouros, Casal e Moinho Velho. Além de cobrar a taxa o Município em minha opinião, devia contactar as empresas que prestam este serviço, tanto mais que não há muito tempo e no decorrer de uma FICA se anunciou que seríamos um concelho 100% fibra.”-----

-----Intervenção do Senhor Presidente da Câmara Municipal -----

-----O Senhor Presidente de Câmara refere que a questão dos Bombeiros é um problema estrutural, informando que de uma reunião tida com os Bombeiros de Castro Daire, onde lhe



apresentaram todos os serviços da sua normal atividade, não tendo a ver com as questões municipais, ficou demonstrado que todos os serviços são deficitários e há muitos anos que não lhes é aumentada a receita. Disponibilizou-se e fez um pedido de reunião à Secretaria de Estado da Proteção Civil, onde se deslocou com o Comandante dos Bombeiros Voluntários de Castro Daire e um elemento da Direção, para expor e sensibilizar as tutelas para todas as situações deficitárias e concretamente a questão do apoio extraordinário motivado pelo aumento dos combustíveis, reforçando que é necessário e fundamental rever os apoios das tutelas às Corporações de Bombeiros, algumas delas, neste momento, já falidas. Quanto à fibra ótica, faz a correção de que nunca foi referido que seríamos um concelho 100% Fibra, mas sim apresentadas as freguesias do País 100% fibra e a freguesia de Castro Daire é uma freguesia 100% fibra. Reforça ter feito esse reforço, dando o exemplo de Campo Benfeito e da zona da Cela. -----

-----**Hélder Isidro Almeida Ferreira**-----

-----Interveio, cumprimentando todos. Reforçou que a Junta de Freguesia fez já exposição à MEO e está a recolher assinaturas para reforço da necessidade de fibra na Freguesia.-----

Posto este ponto à votação, a Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aprová-lo.----

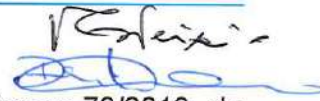
Ponto Cinco – Análise, discussão e votação da taxa de Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI), a que se referem as alíneas a) e c), do número um, do artigo 112.º, do Decreto-Lei número 287/2003, de doze de setembro na sua atual redação e da alínea d), do número um, do artigo 25.º, do Anexo I da Lei número 75/2013, de doze de setembro, a aplicar no ano de dois mil e três, proposto pela Câmara Municipal, no seguinte valor: Prédios Urbanos – zero vírgula três por cento (0,3%).-----

Posto este ponto à votação, a Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aprová-lo.----

Ponto Seis – Análise, discussão e votação, nos termos do artigo 112.º-A, número 1 do CIMI (Código do Imposto Municipal sobre Imóveis) da fixação da redução da taxa do Imposto Municipal sobre Imóveis, de acordo com a seguinte tabela:-----

Número de dependentes a cargo	Redução da taxa até
Um	20,00 € (vinte euros)
Dois	40,00€ (quarenta euros)
Três ou mais	70,00€ (setenta euros)

Posto este ponto à votação, a Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aprová-lo.----



Ponto Sete – Análise, discussão e votação nos termos do artigo 26.º, da Lei número 73/2013, de três de setembro – Regime Financeiro da Autarquias Locais –, conjugado com a alínea c) do número um, do artigo 25.º, do Anexo I da Lei número 25/2013, de doze de setembro, da fixação em três por cento (3%) da variável do IRS, aprovado pela Câmara Municipal na sua reunião ordinária realizada a oito de setembro de dois mil e vinte e dois. -----

-----**Diogo Gomes Carvalhas**-----

-----Interveio referindo crer que a taxa é a manutenção da taxa do ano anterior. No entanto o mundo mudou, a guerra provocou uma inflação desmesurada e neste momento precisamos de ter medidas de apoio às famílias e principalmente às famílias mais carenciadas. A redução de IRS afeta sobretudo a classe média e era importante dar aqui um sinal de apoio, considerando que se deveria ponderar fixar em 2%. -----

-----**Intervenção do Senhor Presidente da Câmara Municipal**-----

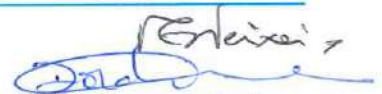
-----O Senhor Presidente da Câmara Municipal informa que esta alteração foi a título excecional, mais um por cento do orçamento municipal que se abdicou em prol das famílias. No entanto deve olhar-se para a política municipal como um todo. Ao discutir uma taxa está a tomar-se decisões sobre a capacidade financeira do município para exercer as suas políticas de desenvolvimento, políticas de ação social, realçando que as pessoas mais carenciadas já não pagam IRS. A taxa anterior dava um por cento para as famílias e no ano anterior, em virtude da pandemia passou a 2%. Neste momento, de forma extraordinária, também se mantém nos 2%, em virtude da instabilidade vivida, sendo uma forma de apoiar a classe média. O mundo mudou e também mudou para o município que tem menos 880 mil euros, de transferência do Estado, para investir face ao ano anterior. Refere ser importante ter equilíbrio nas decisões tomadas, daí a proposta aqui apresentada.

-----**Márcio Ferreira dos Santos**-----

-----Interveio referindo que efetivamente estamos a viver tempos estranhos e não sabemos o que nos espera. Acha estranho virem aqui pedir a redução de impostos, uma vez que estes impostos arrecadados pelo município, são aplicados cá, pois são fonte de receita para o município e é insignificante para os munícipes. O importante é serem aplicados cá, não é como a medida do Governo, dando o exemplo do anunciado apoio aos reformados, que lamenta, pois dá mais a quem menos precisa. Apela apenas ao executivo municipal que esteja atento às dificuldades e apoie os que efetivamente precisarem. -----

Posto este ponto à votação, a Assembleia Municipal deliberou, por maioria, aprová-lo. -----

Votaram contra os membros Rui Braguês, Diogo Carvalhas e Fernando Felício, tendo este apresentado a seguinte declaração de voto: *“O voto contra tem a ver com o seguinte: não vi sequer*



da parte nem do executivo municipal nem de colegas da Assembleia alguma abertura para estudar o assunto, pois não sei qual a melhor solução e provavelmente ninguém saberá, tem é que haver a disponibilidade para dialogar e perceber que estamos todos no mesmo barco. A situação obviamente é difícil, não sei qual é a melhor solução, mas sem falarmos ela não se encontra de certeza.”. -----

-----O membro António Luís Ferreira Fernandes apresentou a seguinte declaração de voto: “Em relação ao voto a favor, ele é perfeitamente sustentado pelo já referido nesta reunião. Quando as propostas são razoáveis não merecem discussão. No seu ponto de vista, que paga impostos, o 1% do que retirem a cada um que contribui, é insignificante, mas no conjunto pode ser muito importante para colocar em prática um conjunto de projetos no concelho. Não se trata de falta de abertura, se a proposta merecesse discussão tê-lo-íamos feito. Fica surpreendido quando se trata de uma bancada que apoia um governo central, que não faz discriminação positiva, que não baixa impostos, por exemplo dos combustíveis, da eletricidade, como fazem muitos outros países e que seria mais justo pois beneficiaria quem consome, faz aqui a proposta desta redução. Como é que podemos falar de abertura para discutir o que não é minimamente razoável”. -----

Ponto Oito – Comunicação da situação económica financeira relativa ao primeiro semestre do ano 2022- ROC para cumprimento da alínea d) do artigo 77.º da Lei n.º73/2013 de 12 de setembro. -----

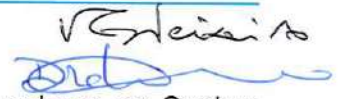
A Assembleia Municipal tomou conhecimento. -----

Ponto Nove – Apreciação e aprovação do Plano para a Igualdade e Não-Discriminação no concelho de Castro Daire, em cumprimento do disposto na alínea h) do n.º1, do artigo 25.º da Lei n.º75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação. -----

-----O Senhor Presidente de Câmara refere que o Plano apresentado é bastante claro. Resultou de um trabalho realizado pela Comissão de trabalho que inclusivamente tem elementos desta Assembleia. -----

Posto este ponto à votação, a Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aprová-lo. ----

Ponto Dez - Análise, discussão e aprovação da proposta de Alteração ao Mapa de pessoal para o exercício de 2022, em cumprimento do disposto na alínea o), do número um, do artigo vigésimo quinto, do Anexo à Lei n.º75/2013, de 12 de setembro na sua atual redação e alínea a), do n.º2, do artigo 3.º do Decreto-Lei n.º209/2009, de 03 de setembro na sua atual redação. -----



-----**A Senhora Presidente da Assembleia** enquadrou o tema e passou a palavra ao Senhor Presidente de Câmara. -----

-----**O Senhor Presidente de Câmara** referiu que o Município internalizou as AEC's, assim como, ao longo dos anos se reformaram vários operários, havendo a necessidade desse reforço face às estratégias de atuação. -----

-----**João Jorge da Silva Figueiredo**-----

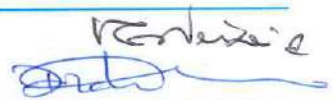
-----Interveio apresentando a seguinte declaração de voto: *“Em relação ao quadro de pessoal o Sr. Presidente pede-nos que aumentemos em 20 vagas a ocupar. Porquê? Sr. Presidente, quando há pouco falamos na informação financeira do ponto 8, percebemos que na comparação entre 30 de junho de 2021 e 30 de junho de 2022, os gastos com o pessoal aumentaram quase 1 milhão de euros e que os resultados líquidos do período, tornaram-se ainda mais negativos, também em cerca de 1 milhão de euros. O Sr. Presidente está a pedir para aumentar o quadro de pessoal, que reflexo isto irá ter nas contas do Município?”* -----

-----**António Luís Fernandes Ferreira**-----

-----Interveio referindo abordar este ponto em duas perspetivas. Por um lado a questão social associada ao quadro de pessoal, tendo já levantado estas questões e sido crítico em anteriores executivos. Na conjuntura atual, com a pandemia e a guerra, todas estas situações têm afetado fortemente as pessoas, sobretudo as de menores recursos, sendo importante ter a noção que em Castro Daire não existem as oportunidades que outros centros têm, pelo que o que anteriores executivos fizeram está também a ser feito por este executivo, em certa medida, embora de forma justificada, também tem esse efeito social, para que as pessoas tenham algum rendimento para sobreviver. Relativamente ao impacto no mapa de pessoal agradece, pois as AEC eram desenvolvidas pelo agrupamento tinham vários problemas, nomeadamente o facto de muitas das crianças estarem uma boa parte do ano sem professor. O município assume esta responsabilidade, por efeito da transferência de competências do estado central para os municípios. Há um conjunto de recursos humanos que o município já tem e que podem desenvolver estas atividades de enriquecimento curricular, permitindo rentabilizar recursos. Numa boa gestão, poderá haver poupança para o município, no entanto, para desenvolver essas funções esses técnicos têm que ser técnicos superiores e as alterações também têm a ver com isso. -----

-----**Rui Manuel Pereira Braguês**-----

-----Interveio cumprimentando todos. Refere que olhando para este mapa de pessoal entende que terá a ver com a regularização da situação dos funcionários do município daí o votar favoravelmente. No entanto, neste momento contabiliza sessenta e sete assistentes operacionais e a proposta é de



setenta, pelo que gostaria de perceber como se chegou a este número, salientando que na altura dos procedimentos concursais analisarão caso a caso. -----

-----Intervenção do Senhor Presidente da Câmara Municipal-----

-----O Senhor Presidente da Câmara Municipal, refere que neste processo de transferência de competências o que passou para o município foram despesas correntes, tendo passado do Agrupamento para o Município, oitenta e nove colaboradores. Este é um sinal que o aumento das despesas correntes é uma passagem de despesas que eram pagas pelo Ministério da Educação para o Município. Quanto às opções, todos os anos eram renovados os contratos e não faz sentido pessoas que estão aqui há vinte anos nesta instabilidade de renovações de contrato e concursos. É também um trabalho administrativo que não faz sentido. Eram sessenta e sete e são setenta, estas três vagas são para nos permitir, em caso de necessidade adicional, poder resolver a situação. Quanto ao referido pelo Presidente de Junta de Freguesia de Mões, reforça que o Centro Cultural de Mões foi feito por administração direta e o que é certo é que nos últimos tempos se reformaram muitas pessoas e que precisamos de recursos para este tipo de intervenções, para termos capacidade de resposta para ir ao encontro das necessidades do concelho. -----

-----Rui Manuel Pereira Braguês-----

-----Inteiveio questionando se os funcionários que foram transferidos, no âmbito da transferência de competências, deveriam ou não constar neste mapa de pessoal.-----

-----Intervenção do Senhor Presidente da Câmara Municipal-----

----- O Senhor Presidente refere que esses recursos humanos foram transferidos ao abrigo de uma legislação específica não tendo sido necessário abrir essa vagas.-----

Posto este ponto à votação, a Assembleia Municipal deliberou, por maioria, aprová-lo.-----

-----Votou contra o membro Jorge Figueiredo.-----

Ponto Onze - Apreciação e Aprovação da Carta Educativa, em cumprimento do disposto na alínea h) do n.º1 do artigo 25.º da Lei n.º75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação.-----

-----O Senhor da Câmara Municipal refere que este documento tem vários objetivos, sendo também documento de suporte da própria revisão do PDM. Tendo em conta a própria intervenção nas Escolas Secundária e Básica, era necessária esta atualização da Carta Educativa.-----

Posto este ponto à votação, a Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aprová-lo.-----

A Senhora Presidente da Assembleia Municipal deixa uma nota sobre o assunto da água e sobre as intervenções. O abastecimento de água a Cujó, S. Joaninho e Granja teve uma candidatura aprovada ainda no tempo da presidência do Senhor João Augusto Matias Pereira, para captar água no Rio Paivó e abastecer as três povoações. Mais tarde foi efetuada a candidatura para o tratamento de esgotos das três povoações, que foi aprovada no verão de dois mil e nove. É importante sensibilizar as pessoas para a importância deste recurso fundamental à vida e é importante que se realizem campanhas de proximidade às populações pois, os mais idosos, não têm redes sociais. Refere não ter acompanhado de perto o problema de Cujó, mas percebeu que havia um problema com a chegada de água a S. Joaninho. É importante haver diálogo entre as entidades e a população. Os autarcas devem partilhar sucessos e dificuldades e todos contribuírem para a resolução dos problemas, salientando que não podem pensar apenas nesta povoação, mas sim em todo o concelho, disponibilizando-se para ajudar a encontrar uma solução. -----

APROVAÇÃO EM MINUTA DA ATA DA REUNIÃO: Foi deliberado, por unanimidade, aprovar a ata em minuta no final da reunião, para produção de efeitos imediatos e eficácia externa, nos termos do n.º 3 e para efeitos do disposto no n.º 4, do artigo 57.º, do Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro. -----

-----E nada mais havendo a tratar, a Senhora Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, Eng.ª Maria Eulália da Silva Teixeira, deu por encerrada a sessão, eram doze horas, da qual para constar se lavrou a presente ata, que vai ser assinada pela Senhora Presidente e por mim, Dora Maria Marques Loureiro, Técnica Superior, para o efeito designada, que a secretariei e redigi. -----

A PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA,



-Maria Eulália da Silva Teixeira-

A SECRETÁRIA,



-Dora Maria Marques Loureiro-